COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 8.045, DE 2010, DO SENADO FEDERAL, QUE TRATA DO "CÓDIGO DE PROCESSO PENAL" (REVOGA O DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 1941. ALTERA OS DECRETOS-LEI Nº 2.848, DE 1940; 1.002, DE 1969; AS LEIS Nº 4.898, DE 1965, 7.210, DE 1984; 8.038, DE 1990; 9.099, DE 1995; 9.279, DE 1996; 9.609, DE 1998; 11.340, DE 2006; 11.343, DE 2006), E APENSADO.

PROJETO DE LEI Nº 8.045, DE 2010

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado João Campos

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 252 do projeto de lei:

“Art 252. O prazo de duração da interceptação não poderá exceder a 60 (sessenta) dias, permitida sua prorrogação por igual período, desde que continuem presentes os pressupostos autorizadores da diligência, até o máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, salvo quando se tratar de crime permanente, habitual ou continuado, enquanto não cessar a atividade criminal. ”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto não regula os diversos métodos especiais de investigação, escuta ambiental, ação controlada, delação premiada e infiltração de agentes. Todavia, pretendeu regular apenas um deles, a interceptação das comunicações telefônicas.

Em princípio, seria mais apropriado deixar todos os métodos especiais de investigação para regulação por legislação complementar, permitindo melhor debate sobre todas as questões envolvidas neste tema sensível. No entanto, mantido no CPP, algumas alterações são necessárias.

O art. 252 do projeto estabelece o prazo máximo de um ano para as interceptações, ressalvada a hipótese de crime permanente. Essa ressalva é muito restrita e não abrange todos os casos de atividade criminosa exercida de forma prolongada e para os quais pode ser necessária a interceptação por prazo superior a um ano, como é o caso das organizações criminosas. Não faz sentido interromper a interceptação se não ainda houve condições de se iniciar a persecução penal e a atividade criminosa mostra-se persistente. Em razão disso, sugere-se a ampliação da exceção para abranger não somente as hipóteses de crime permanente, mas também as de crime habitual ou continuado.

Diante do exposto, conto com apoio dos nobres pares para aprovar a presente emenda.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputado LINCOLN PORTELA
PRB-MG